

Empréstimo para Alagoas sairá amanhã

por Leandra Peres
de Brasília

O contrato do empréstimo de R\$ 65 milhões para que Alagoas pague os salários do funcionalismo, em atraso há cinco meses, já está pronto no Tesouro Nacional e deverá ser assinado amanhã. Mas o governador Divaldo Suruagy quer mais.

Ele esteve ontem com o secretário do Tesouro Nacional, Murilo

Portugal, para garantir recursos extras de aproximadamente R\$ 120 milhões, liberados em quatro ou cinco meses, além de um empréstimo de R\$ 60 milhões para implantação do Programa de Demissão Voluntária e de R\$ 70 milhões para transformação da dívida de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) em fundada. No total são R\$ 250 milhões de recursos extras.

“Concordo com todas as exigên-

cias do governo federal. Tomo todas as medidas radicais, desde que se defina um cronograma de liberação dos recursos”, disse Suruagy.

A idéia do governador alagoano, no entanto, não teve uma recepção muito calorosa. O ministro da Fazenda, Pedro Malan, através de sua assessoria de imprensa, mandou avisar que “o governo está viabilizando apenas o que foi acertado na semana passada”, ou seja, o empréstimo de R\$ 65 milhões.

A briga promete ser boa. O governador admite que a solução será encaminhada fora da área técnica e quer um tratamento especial para o estado. “A decisão final depende de uma posição política do ministro Malan. Alagoas tem que ter um tratamento atípico pois está numa situação de calamidade pública”, disse Su-

ruagy. Fontes do Tesouro Nacional garantiram que, “num primeiro momento”, Alagoas leva apenas R\$ 65 milhões, mas que “fatores outros” podem influenciar na liberação de outros recursos.

Com o empréstimo, o estado pagará parte do décimo-terceiro salário do ano passado, parte da folha de abril e os salários de maio. Ficarão faltando os pagamentos de junho, julho e agosto. A despesa de Alagoas para pagar seus 70 mil funcionários públicos é de R\$ 49 milhões ao mês. “A nossa intenção é pagar sempre um folha vencida com o empréstimo do Tesouro e a do mês corrente com recursos próprios”, disse Suruagy. O serviço da dívida estadual, entre contratual e mobiliária, atinge R\$ 15 milhões ao mês, uma situação, segundo o governador, insustentável.